

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE CIÊNCIAS JURÍDICAS
FACULDADE DE DIREITO**

“O PAPEL DO INTELLECTUAL, E A PRODUÇÃO DE UMA VERDADE”

**CURITIBA
2005**

JOÃO CARLOS DE ANDRADE E SILVA

“O PAPEL DO INTELECTUAL, E A PRODUÇÃO DE UMA VERDADE”

**Monografia apresentada como requisito
parcial à obtenção de grau de Bacharel
em Direito, Setor de Ciências Jurídicas,
Universidade Federal do Paraná.
Orientador: Prof. Abili Lázaro Castro
de Lima.**

**CURITIBA
2005**

TERMO DE APROVAÇÃO

JOÃO CARLOS DE ANDRADE E SILVA

“O PAPEL DO INTELLECTUAL, E A PRODUÇÃO DE UMA VERDADE”

Monografia apresentada como requisito parcial à obtenção de grau de Bacharel em Direito, Setor de Ciências Jurídicas, Universidade Federal do Paraná.

Orientador:

Prof. Abili Lázaro Castro de Lima

Curitiba, ___ de _____ de 2005.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho não seria possível sem a existência das bibliotecas, já que neste País os livros são extremamente caros. Assim, não poderia deixar de agradecer-lhas, e a todos que fazem com que elas funcionem.

Também devo agradecer aos Professores: Abili, Ricardo Marcelo e Gediel, que me fizeram olhar o Direito de forma crítica.

Wenn viele Fliegen hinter Fliegen fliegen, denn viele Fliegen Fliegen nach fliegen.¹

?

¹ Trava-língua(espécie de parlenda) alemão que se utiliza do fato da palavra mosca e da palavra voar terem o mesmo som(e escrita): Fliegen. A Tradução é: Se moscas voam por cima de moscas, então moscas voam por baixo de moscas.

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS.....	iii
RESUMO	vi
1. INTRODUÇÃO.....	01
2. O QUE É ISTO — O INTELLECTUAL?.....	03
3. OS INTELLECTUAIS SEGUNDO GRAMSCI.....	06
4. MECÂNISMOS DE CONTROLE DO DISCURSO.....	10
5. A VERDADE, UM PRODUTO.....	16
6. PODER DISCIPLINAR E BIOPODER	19
7. O INTELLECTUAL SEGUNDO FOUCAULT	24
9. CONCLUSÃO	28
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	30

RESUMO

Este trabalho parte da análise das formas como o poder se exerce, controlando a produção das verdades, para, então, pensar uma forma de agir do intelectual contemporâneo. Estudando o intelectual em GRAMSCI e FOUCAULT, será mostrado que o intelectual tem que partir para uma atuação de revezamento prática-teoria, para uma reformulação da produção da verdade. Para o intelectual que age dentro do Direito, não é diferente, este deve se desencilhar do atual discurso jurídico para, não criar um novo, mas mudar as próprias formas de produzi-lo, sem querer chegar a uma verdade, percebendo que é ele que está produzindo-a.

Palavras-Chave: Intelectuais, Intelectuais orgânicos, Verdade, Poder.

1. INTRODUÇÃO

Durante a leitura desta Monografia, milhares de crianças morrerão de doenças facilmente preveníveis, centenas de mulheres morrerão ou ficarão incapacitadas na gravidez ou no parto por falta de cuidados e medicamentos básicos, porém para acabar com isso e assegurar o acesso de todos aos serviços sociais básicos, bastaria, segundo estimativa da UNICEF, a quarta parte dos gastos militares anuais dos países em desenvolvimento, ou cerca de 10 por cento dos gastos militares norte-americanos.¹ É sobre o pano de fundo dessa realidade que nortearei todo este trabalho.

Apesar desses problemas que nos circundam,² poucos são aqueles que agem no intuito de uma real melhoria da situação, pois vivemos numa sociedade em que as pessoas pagam pelo privilégio de estarem sujeitas à manipulação de suas atitudes e de seus comportamentos,³ fazendo com que, sem saberem, estejam legitimando e mantendo o *status quo*.

As formas com que essa manipulação se dá, não são apenas imperativas ou coercitivas, mas muito mais sutis, atuam na própria vontade das pessoas, sobre o corpo, sobre a vida, sobre o meio em que vivem, atuam até mesmo na própria linguagem que elas utilizam.

Para conter o exercício dessa dominação não basta ter o aparelho do Estado ou outro grande aparato, pois o poder não se encontra apenas num ponto específico da estrutura social, ele funciona como uma rede de dispositivos ou mecanismos a que nada ou ninguém escapa, não é algo que se detem como coisa, não pode ser comercializado, ele existe apenas enquanto se exerce, se efetua, ou seja, é uma relação. Assim as próprias lutas contra seu exercício não podem ser

¹ CHOMSKY, N. **O lucro ou as pessoas? Neoliberalismo e Ordem Global**. 2ª Edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002. p.101

² Não só os citados, mas problemas como a violência, o desemprego, a falta de educação, o terrorismo, além de muitos outros.

³ *Ibid.* p. 66. Assim entende Chomski, ao analisar que um sexto do PIB dos EUA é gasto em *marketing* (cerca de uma trilhão de dólares anuais), sendo que desse valor a maior parte é dedutível dos impostos.

feitas de fora, mas como uma resistência, que modifique seu exercício em todos os pontos da sociedade.⁴

Porém quem fará isso, quem organizará essas lutas, quem lutará? Os intelectuais? Quem são eles, e como podem lutar? Estas são algumas das perguntas que tentaremos responder ao longo deste trabalho.

Para isso, traçaremos, primeiramente, um perfil geral sobre o que vem a ser o intelectual em nossa sociedade. Esta primeira abordagem estará pautada, principalmente, num evento que está sendo realizado pelo Ministério da Cultura – O silêncio dos intelectuais.

Após entendermos a figura do intelectual, passaremos ao estudo de como ele pode atuar para mudar o nosso plano de fundo. Para isso analisaremos parte da obra de dois grandes autores, Gramsci e Foucault.

Iniciaremos por Gramsci, onde mostraremos que os Intelectuais Orgânicos podem ocupar dois postos, ou o de manutenção da ordem vigente, ou o de uma transformação da realidade. E que aquele que se abstém, na verdade está consciente, ou inconscientemente, ajudando a manter o *status quo*.

Então, seguiremos para o estudo das obras de Foucault para estabelecer quais as formas que o intelectual deve agir para conseguir esta transformação que teria por fim último uma melhoria de nossa realidade social.

Destacaremos que a constituição de “domínios de objetos, a propósito dos quais se poderia afirmar ou negar proposições verdadeiras ou falsas”⁵ permite que a produção dos discursos, e por sua vez o exercício do poder, seja controlada, selecionada, organizada de dada forma que aquele que pronuncia um discurso, na maioria das vezes, é apenas levado por ele, não conseguindo uma melhoria efetiva, mas apenas aquilo que o próprio exercício do poder, nas suas atuais forma de se organizar, permitiria.

Analisaremos o poder disciplinar e o biopoder, para então concluirmos, traçando o perfil de um intelectual, dentro do direito, que possa agir para obter uma melhora do pano de fundo apresentado.

⁴ FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder**. 12ª Edição. Rio de Janeiro: Graal, 1996. p. XIV.

⁵ FOUCAULT, M. **A Ordem do Discurso. Aula Inaugural do Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970**. 6ª Edição. São Paulo: Edições Loyola, 2000. p. 70.

2. O QUE É ISTO — O INTELLECTUAL?

Neste Capítulo abordaremos os vários conceitos que a palavra Intelectual pode ter.

Perceberemos que cada forma de pensar o mundo encontra problemas, que, para serem solucionados, precisam pensar um agir para o homem, criando assim o seu intelectual. Ou seja, para cada forma de analisar o mundo, teremos um dado intelectual. Assim, de forma simplificada, podemos traçar um primeiro conceito de intelectual: aquele que age no mundo no intuito de modificá-lo.

Segundo MAURICE BLANCHOT o intelectual é “uma parte de nós mesmos que não apenas nos desvia momentaneamente de nossa tarefa, mas que nos conduz ao que se faz no mundo para julgar e apreciar o que se faz”.⁶

Ou seja, intelectual não seria um indivíduo, mas um papel que o indivíduo exerce. Ninguém seria intelectual o tempo todo. Durante sua vida, os homens exerceriam diversos papéis, como Pai, Filho, Mãe, Professor, Aluno e dentre estes teríamos também o papel do Intelectual, que para alguns poderia ser exercido desligado de outros papéis, e para outros teria que obrigatoriamente estar ligado ao exercício de um dado papel, como professor-intelectual.

Ou, no entender de ADAUTO NOVAES:

Para transformar-se em intelectual, o ser deve desdobrar-se, acumular momentaneamente nele mesmo outras funções, deixar de lado os saberes particulares para se dedicar ao trabalho da crítica e à luta pelos ideais universalizantes: Razão, Justiça, Liberdade e Felicidade. Daí o intelectual se caracterizar pelo desvio a todo determinismo e lidar com potências indeterminadas. Ele não é o teórico, muito menos o homem da vida prática e do saber objetivo: pode-se dizer, mais precisamente, que ele encarna o espírito crítico, capaz ao mesmo tempo de reconstruir o passado e construir idealmente o futuro. 7

⁶ NOVAES, A. http://www.cultura.gov.br/foruns_de_cultura/cultura_e_pensamento/index.php?p=10433&more=1&c=1&pb=1. Acessado em 20/09/2005.

⁷ Idem.

Durante o século XIX, o conceito de intelectual aproximou-se da distinção entre trabalho manual e trabalho intelectual. Trabalho intelectual, não seria apenas aquele que precisasse pensar para atuar (que seria mero especialista), mas aquele que dominasse a totalidade da produção, podendo conscientemente separar os meios dos fins, isto é, conseguir “a separação entre a ciência e a técnica, de um lado, e os valores, de outro.”⁸ O intelectual do século XIX seria detentor de uma neutralidade científica, sua teoria seria legítima pois era cientificamente elaborada, não estaria contaminada com os valores daquele que a pronunciava, e assim deveria ser aplicada por ser verdadeira, já que aquilo que era averiguado pelo método científico era correto.

Mais tarde, JACQUES DERRIDA coloca que todo trabalhador, cidadão ou não seria um intelectual. Para ele o intelectual “jamais deveria escrever ou tomar a palavra publicamente nem ‘agir’ em geral sem pôr em questão o que parece dispensar explicação, sem procurar associar-se aos que se vêem privados do direito à fala e à escrita, sem exigir isso para eles – diretamente ou não.”⁹

Durante a década de setenta FOUCAULT e DELEUZE, na obra *Os Intelectuais e o Poder*¹⁰, trouxeram uma novo intelectual, não mais preocupado com o universal, mas com o local, o intelectual específico, que teria uma tripla especificidade: primeiro a de sua posição de classe, que luta contra o capitalismo; segundo, dentro de sua vida e trabalho, como pesquisador, político, agente que vota; e terceiro, a especificidade da política da verdade nas sociedades contemporâneas.¹¹ A principal crítica que se fez a esse pensamento foi a de “como lidar com uma teoria que abole uma das noções fundantes do pensamento clássico, a subjetividade consciente e voltada para a ação”.¹²

Outra forma de ver o intelectual é a da Escola de Frankfurt,

⁸ Idem.

⁹ Idem.

¹⁰ Artigo publicado no Livro *A Microfísica do Poder* de FOUCAULT

¹¹ FOUCAULT, M. *A Microfísica do Poder*. 12ª Edição. Rio de Janeiro: Editora Graal. 1996. p. 13.

¹² NOVAES, A. http://www.cultura.gov.br/foruns_de_cultura/cultura_e_pensamento/index.php?p=10433&more=1&c=1&pb=1. Acessado em 20/09/2005.

[esta] assinala contradições do intelectual contemporâneo, cujas conseqüências são trágicas: cortado da vida prática, “dedicado às coisas do espírito”, arrisca-se a cair no vazio; ligado à “ingênua e mentirosa importância dada aos produtos intelectuais da indústria da cultura, acrescenta novas pedras que a isola do conhecimento”. Adorno conclui em um dos fragmentos da Minima moralia: os intelectuais são ao mesmo tempo “proveitadores dessa medíocre sociedade e aqueles cujo trabalho inútil determinará, apesar de tudo, o êxito de uma sociedade liberada do utilitarismo – contradição inaceitável que é preciso superar de uma vez por todas.¹³

Após esta breve análise de algumas formas de se encarar o intelectual, podemos concluir que este está totalmente ligado ao seu momento histórico. A cada momento é necessário repensá-lo, adaptá-lo ao seu meio, à sua realidade.

Passemos agora ao estudo mais aprofundado do papel do intelectual na obra de Gramsci e Foucault.

¹³ *Idem.*

3. OS INTELECTUAIS SEGUNDO GRAMSCI

Para Gramsci a conquista do poder, não se dará pela força bruta, mas por avanços culturais de longo prazo, criando uma nova consciência.

Gramsci acredita que o exercício do poder se dá basicamente pela articulação das funções da sociedade política e da sociedade civil. A primeira corresponde ao domínio direto, atuando principalmente por mecanismos de coerção, já a segunda atua na formação da legitimação desta coerção, através do consenso, criando uma ideologia que legitime o poder que coage.¹⁴

Assim, para este autor, os intelectuais devem dar à classe dominante uma homogeneidade ideológica e política, fazendo a ligação entre a superestrutura e a infraestrutura, unificando, dando coerência à ação econômica, mas caso não queiram manter a atual conjuntura, devem fazer o contrário, eliminando a legitimação do poder¹⁵, até que este não mais seja sustentável e assim uma nova classe possa obter o controle dos meios coercitivos, ou seja, não basta possuir os aparatos estatais, caso a própria sociedade civil não legitime o poder, pois assim ocorreria uma ditadura.

Segundo o autor em questão os intelectuais podem ser classificados em dois grupos: o primeiro seria composto pelos intelectuais tradicionais, um grupo pequeno que representa os remanescentes de blocos históricos anteriores, os quais não agem em favor da atual forma de coerção, mas para uma antiga que já não existe mais, e assim normalmente por não serem diretamente contra a atual forma de se exercer o poder, acabam legitimando este; o segundo grupo de intelectuais, mais importante em relação ao atual momento histórico, pois interferem diretamente na dinâmica do poder, seria composto pelos denominados intelectuais orgânicos.

¹⁴ MALISKA, M. A. **Os operadores jurídicos enquanto intelectuais orgânicos**, in ARRUDA Jr., E. L. e BORGES Fº, N. **Gramsci: Estado, Direito e Sociedade**. Florianópolis: Editora Letras Contemporâneas. 1995. p. 74.

¹⁵ Vale ressaltar que os intelectuais no pensamento de Gramsci, segundo MALISKA, não representam, por si mesmo, uma 'classe', a classe dos intelectuais, mas estão organicamente ligados a algum grupo. Cada classe possui seus intelectuais, que moldam o pensamento dos outros da classe que repetem a forma de pensar dos intelectuais. Assim, todo homem é intelectual, mas só alguns atuam como intelectuais, criando.

Este segundo grupo merece atenção especial. Seus integrantes não estão ligados a uma formação acadêmica, mas a uma *práxis*. Gramsci entende que qualquer um pode ser um intelectual, o saber não é restrito aos filósofos,

É preciso destruir o julgamento de que a filosofia é algo sumamente difícil por ser a atividade intelectual própria de uma determinada categoria de cientistas especializados ou de filósofos profissionais e sistemáticos. É preciso, portanto, demonstrar que todos os homens são filósofos, e definir os limites e as características desta “filosofia espontânea” própria de todos, isto é, a filosofia que nela está contida.¹⁶

Dentro os intelectuais orgânicos temos duas formas deles agirem: a primeira está voltada para a manutenção da ordem vigente, e por isso seus integrantes recebem o nome de intelectuais orgânicos do *status quo*, já a segunda forma de agir busca criar uma nova hegemonia para transformar o bloco histórico¹⁷, e por isso é chamado de intelectual orgânico da transformação.

Os intelectuais orgânicos do *status quo* possuem um grande aliado, que por muitas vezes sequer sabe que está ajudando a atual direção, são aqueles que optam por uma atitude neutra, pois assim sendo se comprometem com a situação, já que se não vão contra ela, a estão aceitando.

O intelectual da transformação, por sua vez, deve romper com a subordinação atual da classe dominante, deve apontar as contradições que perpassam o social, desmistificando o poder e as relações de dominação, despertando a consciência crítica e autônoma do povo, porém para isso, não deve apenas pensar universalmente, mas especificamente, deve imiscuir-se ativamente na vida prática, organizando as massas para que estas, uma vez conscientes não mais aceitem a atual dominação, e assim poderá haver uma mudança da classe

¹⁶ GRAMSCI, A. **Materialismo histórico e a filosofia de Benedetto Croce**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1981. P. 15.

¹⁷ O bloco histórico é um conjunto complexo e contraditório, onde a superestrutura é o reflexo do conjunto das relações sociais de produção. Ou de forma simplificada a união da infraestrutura com a superestrutura.

dominante, que não mais legitimada, só poderá manter o poder com as armas, que em pouco tempo provavelmente cairão.¹⁸

Este último intelectual possuiria uma consciência verdadeira, conseguiria se livrar das agarras do poder, não sendo manobrado por este, e assim poderia levar a classe dominada à superação do *status quo*. Porém, como podemos ter essa certeza de que ele está livre da dominação das classes dominantes, ou melhor, como podemos ter certeza de que ele está agindo contra o poder?

A grande contribuição de Gramsci para o pensamento do papel do intelectual foi vê-lo não como uma classe autônoma, mas atuante no seu campo seu campo profissional, em sua classe, no seu meio mais próximo, numa luta diária, em todos os locais, e não apenas pensando, desenvolvendo teorias.

Desta teoria também devemos destacar o fato de que aquele que se cala está legitimando a atual situação de exercício do poder. Porém, não se pode confundir o fato de se calar diante de um único fato social, como fizeram diversos professores em relação ao caso da corrupção no Congresso, com o fato de calar-se em todos os seus papéis. Aquele que se cala por não estar totalmente certo sobre que posição tomar, mas que continua atuando em seu domínio como intelectual, não está a favor do atual *status quo*. Porém aquele que se cala no seu âmbito de atuação, várias vezes, para que não precise dar sua opinião, então teríamos um intelectual orgânico do *status quo*.

Porém esta teoria possui alguns problemas, tais como: a forma de atuar do intelectual seria através da formação de consensos, feita basicamente pela superação de uma ideologia dominante e aplicação de uma nova ideologia, porém até que ponto esta nova ideologia não estaria subordinada às próprias formas de atuação da antiga forma de exercer o poder? Até que ponto uma sociedade que muda suas ideologias, muda sua forma de Estado, está livre das antigas amarras do exercício do poder? Será que o poder está identificado apenas em termos de aparelho de Estado, e ideologias que o legitima?

¹⁸ SCHELESENER, A. H. **Hegemonia e cultura: Gramsci**. Curitiba: Editora UFPR, 1992. p.28.

Nos próximos capítulos analisaremos em Foucault a mecânica do poder, o qual não é exercido apenas por um aparato estatal, legitimado por uma ideologia, ou por uma superestrutura, mas através de uma malha fina. Veremos portanto que “o poder produz coisas, induz ao prazer, forma saber e produz discurso”, impedindo que a simples tomada do aparelho estatal e a imposição de uma ideologia mudasse a forma de exercício do poder.¹⁹

Notaremos que o poder está ligado diretamente a vontade de verdade e à produção da mesma, assim para entender o poder faz-se necessário entender também o que é a verdade, como se dá sua produção, seu controle. Assim, no próximo capítulo, analisaremos as formas de controle do discurso, depois como foi criada a necessidade de verdade, para só então vermos como Foucault analisa o intelectual.

¹⁹ FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. 12ª edição. Rio de Janeiro: Editora Graal. 1996. p. 8.

4. MECÂNIISMOS DE CONTROLE DO DISCURSO

Em nossa sociedade há diversos grupos de procedimentos que controlam a produção do discurso, o qual “não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual queremos nos apoderar”,²⁰ e assim dominar seu acontecimento aleatório, esquivando sua pesada e temível materialidade.²¹

Esses procedimentos podem estar: fora do discurso, funcionando como sistemas de exclusão, pondo em jogo o poder e o desejo; dentro do discurso, classificando-o, ordenando-o, conjurando os acasos de seu aparecimento; ou apenas impondo aos indivíduos que os pronunciam regras para não permitir que todos tenham acesso a eles, atuando no sujeito que fala.

Dentre aqueles procedimentos que atuam fora do discurso, encontramos basicamente três formas deles atuarem: interdição, separação e rejeição, e vontade de verdade. Estas três formas se cruzam, se reformam, formando uma grade complexa, ou seja, atuam juntas para uma maior eficácia. Para entendê-las as analisaremos individualmente.

A interdição é a forma mais evidente de exclusão em nossa sociedade, se dá basicamente de três formas: tabu do objeto, ritual da circunstância e direito privilegiado ou exclusivo de quem fala, ou seja, “não se tem o direito de dizer tudo, (...) não se pode falar de tudo em qualquer circunstância, [e] qualquer um não pode falar de qualquer coisa”.²²

A outra forma – separação rejeição – cria, para alguns discursos, mecanismos que os rejeitam, impedindo que sejam efetivados. Tornam-lhes nulos, como se não existissem, ninguém os escuta. É o exemplo do discurso do louco durante a Idade Média, que não era ouvido.

²⁰ FOUCAULT, M. **A ordem do discurso, aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970.** 6ª Edição. São Paulo: Edições Loyola. 2000. p. 2. Vale ressaltar que o discurso não é apenas o que é dito, mas também o não dito, pois falar é escolher um caminho, é deixar de falar outras coisas.

²¹ Idem. P. 9.

²² Idem. P. 9.

O discurso rejeitado não pode circular como os outros discursos, é descartado tão logo é proferido, porém as palavras ditas não são todas rejeitadas, elas servem para separar, colocar as pessoas que as pronunciam num outro patamar, impedindo que o que falam seja recolhido, apenas utilizam seus discursos para segregar.

Estas duas últimas formas de exclusão não estão preocupadas em “considerar a oposição do verdadeiro e do falso (...), [são] de saída, (...) arbitrárias (...) não se exercem sem pressão, nem sem uma parte de violência”²³, estão a mostra, um simples olhar as denuncia. Porém se utilizarão do próximo mecanismo para ganharem legitimidade.

Esta terceira forma de exclusão – vontade de verdade, principal características das sociedades pós platônicas – atua na separação entre o verdadeiro e o falso que rege nossa vontade de saber. Ou seja, hoje as pessoas querem um saber verdadeiro, mas para ganhar este caráter de verdadeiro, o saber deve passar por um processo que o torne verdadeiro. Assim essa vontade de uma saber verdadeiro exerce uma pressão sobre todas as formas de discurso, exigindo que os mesmo sejam verdadeiros ou então não serão desejados, mas excluídos.

Este sistema, diferentemente das outras duas formas que se utilizam principalmente de um suporte institucional, apóia-se “pelo modo como o saber é aplicado (...), como é valorizado, distribuído, repartido e de certo modo atribuído.”²⁴

Esta última forma de exclusão procura retomar as outras duas e fundamentá-las, modifica-las, tornando-as mais frágeis, e permeadas por esta vontade de verdade que a cada dia é mais forte em nossa sociedade.

O Sujeito da modernidade está condicionado a algo que possa averiguar tudo o que ele diz, mostrando se é verdadeiro ou falso, ele tornou-se escravo da verdade, ou melhor não propriamente dela, mas dos meios que levam a ela, pois aquilo que é tido como falso, é rejeitado.

²³ *Idem.* P. 13.

²⁴ *Idem.* P. 17

Passemos agora para os mecanismos que atuam internamente, classificando, ordenando, e assim controlando o seu acontecimento.

O primeiro deles é o comentário. Pode-se identificar duas formas de discurso: os que se dizem no decorrer dos dias e que passam com o próprio ato que os pronunciou, e os que são “ditos permanecem ditos e estão ainda por dizer”²⁵, tendo como exemplo os textos religiosos e jurídicos. Uma Lei produz um discurso que pode a qualquer momento ser mudado, reinterpretado, podendo, ao longo do tempo, amoldar-se ao sentido que lhe é desejado.

Acerca do comentário, Foucault entende que:

O desnível entre texto primeiro e texto segundo desempenha dois papéis que são solidários. Por um lado permite construir (e indefinidamente) novos discursos: o fato de o texto primeiro pairar acima, sua permanência, seu estatuto de discurso sempre reatualizável, o sentido múltiplo ou oculto de que passa por ser detentor, a reticência e a riqueza essenciais que lhe atribuímos, tudo isso funda uma possibilidade aberta de falar. Mas, por outro lado, o comentário não tem outro papel, sejam quais forem as técnicas empregadas, senão o de dizer *enfim* o que estava articulado silenciosamente no *texto primeiro*. Deve, conforme um paradoxo que ele se desloca sempre, mas ao qual não escapa nunca, dizer pela primeira vez aquilo que, entretanto, já havia sido dito e repetir incansavelmente aquilo que, no entanto, não havia sido dito. A repetição indefinida dos comentários é trabalhada do interior pelo sonho de uma repetição disfarçada: em seu horizonte não há talvez nada além daquilo que já havia em seu ponto de partida, a simples recitação. O comentário conjura o acaso do discurso fazendo-lhe sua parte: permite-lhe dizer algo além do texto mesmo mas com a condição de que o texto mesmo seja dito e de certo modo realizado. A multiplicidade aberta, o acaso são transferidos, pelo princípio do comentário, daquilo que arriscaria de ser dito, para o número, a forma, a máscara, a circunstância da repetição. O novo não está no que é dito, mas no acontecimento de sua volta.²⁶

O segundo mecanismo é em relação ao autor, entendido como unidade e origem das significações de um dado discurso, dando-lhe coerência.

²⁵ *Idem*. P. 22

²⁶ *Idem*. P. 25.

Durante a Idade Média a simples autoria, dependendo da pessoa, dava ao discurso um caráter de verdadeiro. Hoje isto é muito fraco, mas ainda é encontrado em alguns tipos de discursos religiosos.

A terceira forma de controle interno, e talvez a mais importante é a disciplina. Ela fixa os limites do discurso, somente possibilitando que ele aconteça segundo suas regras.

A disciplina difere-se do comentário, pois não possui ponto de partida, texto primeiro, sendo exercida de duas formas: primeiramente, verificando se um dado discurso pode ser analisado por ela, ou seja, se está num mesmo patamar, se possui a mesma linguagem, se preenche as exigências que o permitem ser considerado da disciplina que o estiver analisando. Assim os discursos sequer serão avaliados caso não obedeçam a certos requisitos, sendo, desde logo, excluídos.

Após esta primeira verificação os discursos aceitos passarão para a segunda etapa de controle da disciplina, a qual fará uma avaliação, segundo seus critérios, se o dado discurso é ou não verdadeiro, sendo que aquele que não for considerado verdadeiro, não será excluído, mas considerado errado.

Ou seja, “há a possibilidade de construir, mas sob um jogo restrito”.²⁷

“Uma disciplina se define por um domínio de objetos, um conjunto de métodos, um corpus de proposições consideradas verdadeiras, um jogo de regras e de definições, de técnicas e de instrumentos: tudo isto constitui uma espécie de sistema anônimo à disposição de quem quer ou pode servir-se dele, sem que seu sentido ou sua validade estejam ligados a quem sucedeu ser seu inventor.”²⁸

Par haver uma disciplina é preciso que “haja possibilidade de formular, e de formular indefinidamente, proposições novas”²⁹. Assim, podemos concluir que as disciplinas se assemelham em muito com as ciências, diferenciando-se apenas que estas se utilizam apenas do método científico. Devemos frisar que em

²⁷ Idem. P. 30.

²⁸ Idem. P. 30.

²⁹ Idem. P. 30

última análise, todo método é fundado numa premissa originária, que não pode ser removida, pois é ela que dá validade para todo o sistema.

O terceiro grupo de procedimentos irá determinar as condições do funcionamento dos discursos, impondo regras aos indivíduos que os pronunciam, e assim não permitindo que todos tenham acesso a eles. Ou seja, só entrará na ordem do discurso quem satisfizer a certas exigências – é a rarefação dos sujeitos que falam.³⁰

Neste grupo temos os rituais, que impõem as qualificações aos indivíduos que falam, determinando os gestos, os comportamentos e circunstâncias em que se pode falar, ou seja define o como do discurso, as maneiras dele ser realizado, e assim, fixa o efeito das palavras sobre aqueles os quais o recebe mais pela forma que foram ditas às palavras em si. O que torna verdadeiro o discurso é a forma como é proferida, típico de atos religiosos. Para uma missa ser válida, não basta o padre dizer qualquer coisa, mas as palavras certas numa dada ordem, pouco importando aos credos o que está sendo dito, mas que está (algo) sendo dito.

Também há as sociedades de discurso “cuja função é conservar ou produzir discursos (...) em um espaço fechado”³¹ para que só os integrantes das mesmas tenham acesso a eles, ou melhor só estes possam entendê-los, pois o significado dos mesmos encontra-se exatamente naquilo que é restrito aos seus adeptos. Ou seja, o requisito para entender o texto não está no texto ou na linguagem, mas no próprio sujeito que lê, estes precisam saber de fatos que dêem significado ao texto..

Assim, ser membro de uma sociedade dessas é encontrar num texto elementos que não são encontrados por outros, pois para estes os elementos não possuem sentido, que só é obtido pelo fato do leitor conhecer algo que não é do domínio de todos.

Próximo às sociedades de discurso, temos as doutrinas, que atuam ao invés de em regimes fechados, de forma aberta, qualquer um pode lidar e

³⁰ Id. P. 37.

³¹ Id. P. 39

entender seus discursos, mas para isso terá que aceitar alguns fatos como verdade. Como exemplo primordial de doutrina há as disciplinas científicas, nas quais é obrigatório aceitar que o método científico, ou um exemplo mais clássico seriam os textos religiosos que pressupõe a existência de Deus.

Por último temos a apropriação social dos discursos que se dá pela educação.

Dentre todos esses mecanismos devemos nos ater principalmente a ‘vontade de verdade’ e às ‘disciplina’, que de certa forma são os mais atuantes em nossa sociedade hoje.

Numa sociedade extremamente cientificista, um discurso que não seja verdadeiro, demonstrável, é rejeitado, excluído, eliminado.

Mas de onde vem essa necessidade de verdade? Por que queremos tanto um discurso verdadeiro? É isto que analisaremos no próximo capítulo.

5. A VERDADE, UM PRODUTO

FOUCAULT, na obra *A Verdade e as Formas Jurídicas*, afirma que a própria verdade possui uma história, nem sempre o homem desejou a verdade como hoje. A relação sujeito objeto, se modifica continuamente de acordo com as mudanças das práticas sociais que engendram domínios de saberes, e que, por sua vez, fazem aparecer novos objetos e também novos sujeitos. Assim, percebe-se que analisar a verdade, é analisar todo um contexto histórico, local, temporal, e principalmente das configurações das relações de poder.

Devemos entender a ‘verdade’, segundo FOUCAULT, como o “conjunto de procedimentos regulados para a produção, a lei, a repartição, a circulação e o funcionamento dos enunciados, (...). A verdade está ligada a sistemas de poder, que a produzem e apóiam, e a efeitos de poder que ela induz e que reproduzem. ‘Regime’ da verdade”.³²

Para o autor, o sujeito deixa de ser um simples sujeito de representação a partir do qual o conhecimento é possível e a verdade aparece, para se tornar um sujeito que se constitui no interior da história, sendo, a cada instante, fundado e refundado por esta. O sujeito não é mais o núcleo central do conhecimento, a verdade não mais se revela nele, pois, como visto, a verdade não é revelada, mas produzida, é um produto.

Em 1873, NIETZSCHE escreveu que “Em algum ponto perdido deste universo, cujo clarão se estende a inúmeros sistemas solares, houve, uma vez, um astro sobre o qual animais inteligentes inventaram o conhecimento”³³. Neste trecho o autor foi contra a clássica forma Kantiana de pensar que acredita que o tempo e o espaço não podem preexistir ao conhecimento, pois são como rochas primitivas sobre as quais o conhecimento vem se fixar.

Nietzsche era contra a clássica forma de pensar que existiria uma verdade dada, bastando para nós desvelá-la. Para ele o conhecimento não possui uma

³² FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. 12ª edição. Rio de Janeiro: Editora Graal. 2000. P. 14.

³³ FOUCAULT, M. *A verdade e as formas jurídicas*. 2ª Edição. Rio de Janeiro: Editora Nau. 2001. P. 13.

origem (Ursprung), ele apenas foi inventado, vêm do próprio homem, não está pautado num sentimento metafísico. Ele nunca existiu em si, não estava dado, ele foi fabricado, algo aconteceu acarretando uma ruptura e não uma continuidade, nunca houve solenidade de origem. Houve invenção

Para Nietzsche o Conhecimento não faz parte da natureza humana, nem se parece com o mundo a conhecer. Nietzsche vai no sentido contrário de toda a filosofia ocidental até então, para ele as condições de experiência e as condições do objeto são heterogêneas, ou seja: “O caráter do mundo é o de um caos eterno; não devido à ausência de necessidade, mas devido à ausência de ordem, de encadeamento, de formas, de beleza e de sabedoria”³⁴ o que faz Foucault concluir que é contra este mundo sem ordem que o Conhecimento tem de lutar, já que para ele “não é natural à natureza ser conhecida”.³⁵³⁶

Esta luta será uma relação de violência, de dominação, de poder e de força, será a violação das coisas a conhecer.

E, por não mais terem a mesma natureza, faz-se desnecessário a existência da unidade do sujeito humano, “podemos admitir que o sujeito não existe”, da mesma forma que a verdade é produzida, ele também o é para legitimar aquela. O conhecimento não pode existir em si, mas cada vez, como o “resultado histórico e pontual de condições que não são da ordem do conhecimento” o que o torna de certa forma perspectivo.

A verdade não existe fora do poder ou sem poder (...). A verdade é deste mundo; ela é produzida nele graças a múltiplas coerções e nele produz efeitos regulamentados de poder. Cada sociedade tem seu regime de verdade: isto é, os tipos de discurso que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros; os mecanismos e as instâncias que permitem distinguir os enunciados verdadeiros dos falsos, a maneira como se sanciona uns e outros;

³⁴ Idem. P. 18.

³⁵ Idem. P. 18.

³⁶ Há a dissolução da questão gnosiológica da filosofia moderna, que propõem o conhecer dentro do cognoscente. Para Heidegger o conhecer não é uma qualidade interior do sujeito, fundado na premissa de que esse conhecer seja o modo originário do homem se relacionar com o mundo, mas o sujeito é a abertura para o mundo.

as técnicas e os procedimentos que são valorizados para a obtenção da verdade.

Em nossas sociedades, a ‘economia política’ da verdade tem cinco características historicamente importantes: a ‘verdade’ é centrada na forma do discurso científico e nas instituições que o produzem; está submetida a uma constante incitação econômica e política(...) é objeto, de várias formas, de uma imensa difusão e de um imenso consumo(...); é produzida e transmitida sob o controle de grandes aparelhos políticos ou econômicos(...), enfim é objeto de debate(...) e confronto social.³⁷

Para ambos os autores o importante é entender o porquê dessa vontade de verdade, desmascarando-a. Pois, já que ela não é natural do homem, ela foi produzida pelo homem. Romper com a modernidade é romper com o sujeito que é produzido pela possibilidade de uma verdade metafísica. Ou seja, faz-se necessário entender que não há a possibilidade de um processo de objetivação do ente pelo poder de representação do sujeito, que isto não chegaria a verdade última alguma, é preciso acabar com os próprios objetos.³⁸

³⁷ FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. 12ª edição. Rio de Janeiro: Editora Graal. 2000. P. 12-13.

³⁸ DUARTE, A. M. **Heidegger e a modernidade: notas sobre a crise do presente**. In. FONSECA, R. M. (Organizador). **Crítica da modernidade, diálogos com o direito**. Florianópolis: Editora Fundação Boitex. 2005. p. 84.

6. PODER DISCIPLINAR E O BIOPODER.

De início, devemos entender que para FOUCAULT o poder não se dá, não se troca, nem se retoma, ele só pode ser exercido, e é exatamente neste exercer que ele aparece, no ato, sendo que assim que este desaparece, também o faz o poder.

Ele só existe dentro das relações de força, onde há resistência, e não se exerce apenas pela repressão, como seria o conceito Hegeliano, mas de formas sutis, produzindo desejos, discursos vícios. As pessoas clamam pelo poder, e é por isso que ele não pode ser entendido como apenas aquilo que é exercido pelo Estado, pelo Direito.

Uma das principais formas dele ser exercido é nos mecanismo que analisamos no Capítulo 4. Já que nossa sociedade é permeada por uma vontade de verdade, controlar a obtenção desta verdade permite controlar a vida e o corpo dessas pessoas.

Uma vez que o poder cria sofrimentos, mas também prazer, fazendo as pessoas gozarem com seu sofrimento, e assim muitos podem querer eliminar os seus problemas, mas poucos agem para eliminá-los, já que gozam com eles.

Quando FOUCAULT vai analisar o que é o poder, de início, ele interroga: “porque a pergunta ‘O que é o poder?’”.³⁹ Pois para ele, o poder não deve ser definido, mas analisado em seus mecanismos, em seus efeitos, como dito acima ele não existe senão como exercício.

Diante disto, o autor tece severas críticas à forma jurídica, liberal e marxista de análise do poder, dizendo que estas são extremamente econômicas, que não percebem as inúmeras formas nas quais ele se exerce.

Para os juristas, o poder se resume àquele que todos têm e viriam a ceder, total, ou parcialmente para constituir uma soberania, que se exerce, basicamente, pela repressão, ou analisando de uma outra perspectiva: o poder, a política são a guerra continuada por outros meios. A figura do Poder estaria basicamente

³⁹ FOUCAULT, M. **Em defesa da sociedade**. 1ª Edição. São Paulo: Editora Martins Fontes. 2002. P. 19.

centrada no Estado, apenas este o exerce, e é apenas por este que se pode exercê-lo. Não há poder fora do Estado.

Assim, nosso Direito não permitirá qualquer forma de exercer poder se não pelas vias do Estado, do contrário seria um poder arbitrário.

Foucault abandona esta forma única de analisar o poder. Para ele temos que analisar o poder através das próprias relações de poder, na medida em que são elas que determinam os elementos sobre os quais ele incide. Ele identifica uma pluralidade de locais onde o poder é exercido, não é apenas pelo Estado que isto se dá. O poder foucaultiano é alheio à lógica humana.

FONSECA, analisando a obra de FOUCAULT mostra que estamos num período em que o poder está configurado principalmente de forma disciplinar, que junto ao biopoder forma a sociedade de normalização:

A disciplina, surgida a partir do séc. XVII, centra-se sobretudo no corpo individual, tomado como máquina, buscando seu adestramento, a ampliação de suas aptidões, a extorsão de suas forças, concentrando-se no crescimento de sua docilidade e de sua utilidade, na sua integração em sistemas de controles eficazes.(...) Ela é a técnica específica de poder que toma os indivíduos como objetos e ao mesmo tempo como instrumentos de seu exercício. É um poder que funciona de um modo permanente e calculado; a disciplina fabrica os indivíduos. [Ela] não está regulamentada (juridicamente) e não está calcada numa relação de legitimidade com o ato fundador e originário do aparecimento do poder. É um poder local, que se exerce de modo capilar, e não de modo maciço e homogêneo, e que na se pode apreender a partir dos seus níveis de intenção ou decisão – já que as intenções (se intenções houver) estão ligadas às práticas efetivas, nas instâncias materiais de sujeição. O indivíduo, aqui não é um núcleo elementar ou um átomo primitivo no qual o poder se aplica e submete, mas é ele próprio (o indivíduo) um dos efeitos do poder, já que o poder transita pelo indivíduo e o constitui.⁴⁰

⁴⁰ FONSECA, R. M. Foucault, o direito e a “sociedade de normalização”. In. FONSECA, R.M.(organizador) *Crítica da Modernidade, diálogos com o direito*. Florianópolis: Editora fundação Boiteux. 2005. p. 116-117.

Assim essa dominação não ocorre de forma maciça, “ ‘uma’ dominação global de um sobre os outros, ou de um grupo sobre o outro, mas as múltiplas formas de dominação que podem se exercer do interior da sociedade: não portanto o rei em sua posição central, mas os súditos em suas relações recíprocas.”⁴¹

FOUCAULT faz uma ressalva quanto às ideologias:

Houve, sem dúvida, por exemplo, uma ideologia da educação, uma ideologia do poder monárquico, uma ideologia da democracia parlamentar, etc. Mas, na base, no ponto em que terminam as redes de poder, o que se forma, não acho que sejam ideologias. É muito menos e, acho eu, muito mais. São instrumentos efetivos de formação e de acúmulos de saber, são métodos de observação, técnicas de registro, procedimentos de investigação, são aparelhos de verificação. Isto quer dizer que o poder, quando se exerce em seus mecanismos finos, não pode fazê-lo sem a formação, a organização e sem pôr em circulação um saber, ou melhor aparelhos de saber que não são acompanhamentos ou edifícios ideológicos.⁴²

Assim, podemos concluir que esse poder não soberano, alheio a forma da soberania, “é alheio ao [discurso] da lei; é alheio ao da regra como efeito da vontade soberana. Portanto as disciplinas vão trazer um discurso que será o da regra; não o da regra jurídica, mas o da regra natural, isto é da norma”⁴³. Ela não será analisada pelo Direito, mas pelas outras ciências humanas.

Essa norma é aquilo que se pode aplicar ao corpo ou a uma população que se quer disciplinar.⁴⁴

Deve-se salientar que o intelectual que quiser ir contra as disciplinas (poder disciplinar) não deverá lutar na direção do antigo direito de soberania, mas na direção de um novo direito, antidisciplinar.

Junto a este controle do indivíduo que o cria, temos uma outra forma de exercício de poder, que não elimina esta primeira forma disciplinar, mas a

⁴¹ FOUCAULT, M. **Em defesa da sociedade**. 1ª Edição. São Paulo: Editora Martins Fontes. 2002. P. 32.

⁴² Idem. P. 40.

⁴³ Idem. P. 45.

⁴⁴ Idem. P. 302.

recolhe, e se exerce em outros pontos, um “poder sobre o homem, enquanto ser vivo(...)”⁴⁵, não mais sobre o corpo mas sobre a própria vida do homem – o biopoder.

Em relação ao direito pautado na soberania, que era aquele que faz morrer ou deixa viver, ocorrerá uma mudança, passará a ser o direito de fazer viver e deixar morrer.

Enquanto a disciplina regia a multiplicidade dos homens, que redundava em indivíduos, o biopoder regerá os homens enquanto massa global, em processos comuns a própria vida, em processos como de nascimento, morte, produção de doenças, etc. Irá baixar a morbidade, encompridar a vida, estimular a natalidade.

FONSECA define, através de FOUCAULT, a biopolítica da seguinte forma:

Seu objetivo não é nem o corpo individual e nem o indivíduo (sujeito de direito) ou a sociedade, nos moldes formulados pela teoria do direito no final do século XIX. Será portanto algo diverso, que escapa tanto do poder disciplinar quanto do poder ‘jurídico’. Será algo voltado à população enquanto questão política, biológica e científica. Os mecanismos a serem implementados pela biopolítica não serão a vigilância, a sanção ou o exame (próprio do poder disciplinar); serão as previsões, as estimativas globais, de molde a intervir não no nível individual da existência das pessoas, mas atuar nos fenômenos gerais(...).

A Biopolítica aparece, então, como outra forma de normalização (aquela que age sobre as populações, no sentido de fazê-lo adequar-se a um molde, e uma média geral, a uma norma), ao lado do velho poder disciplinar (que intentava atingir a medida padrão atuando sobre os corpos dos indivíduos). Os sujeitos aqui, como também no caso da incidência do poder disciplinar, aparecem como objetos de uma estratégia de atuação, como pacientes de uma dada conformação subjetiva – embora, nesse caso, o sujeito deva ser tomado como integrante de uma determinada coletividade ou de uma faixa da população. De todo modo, o sujeito aqui

⁴⁵ FOUCAULT, M. **Em defesa da sociedade**. 1ª Edição. Editora Martins Fontes.p. 289

também não é o produtor do poder, mas até certo ponto, é o seu produto (embora em outro âmbito).⁴⁶

Assim, da união dessas duas formas de exercer o poder temos a sociedade de normalização. E FOUCAULT conclui:

Temos portanto desde o século XVIII (...), duas tecnologias de poder que são introduzidas com certa defasagem cronológica e que são sobrepostas. Uma técnica que é, pois, disciplinar: é centrada no corpo, produz efeitos individualizantes, manipula o corpo como foco de forças que é preciso tornar úteis e dóceis ao mesmo tempo. E, de outro lado, temos uma tecnologia que, por sua vez, é centrada não no corpo, mas na vida: uma tecnologia que agrupa os efeitos de massas próprios de uma população, que procura controlar a série de eventos fortuitos que podem ocorrer numa massa viva(...). É uma tecnologia que visa, portanto, não o treinamento individual, mas pelo equilíbrio global, algo como uma homeóstase.⁴⁷

⁴⁶ FONSECA, R. M. Foucault, o direito e a “sociedade de normalização”. In. FONSECA, R.M.(organizador) *Crítica da Modernidade, diálogos com o direito*. Florianópolis: Editora fundação Boiteux. 2005. p. 118-119

⁴⁷ FOUCAULT, M. *Em defesa da sociedade*. 1ª Edição. Editora Martins Fontes. P.297.

7. O INTELLECTUAL SEGUNDO FOUCAULT

Primeiramente, abordaremos a questão da separação entre prática e teoria.

DELEUZE entende que durante muito tempo “se concebia a prática como uma aplicação da teoria, como uma consequência”⁴⁸, ou seja precisávamos ter uma teoria para então aplicá-la na prática. Assim o intelectual teria um papel importantíssimo, pois apenas ele poderia criar teorias para mudar a realidade. O povo não era dono de seu destino, o qual era todo pensado por algumas poucas pessoas. As massas eram meros coadjuvantes, que serviriam apenas para testar as teorias.

Em um segundo momento, a prática seria a inspiração para a teoria, “(...) como sendo ela própria criadora em relação a uma forma futura de teoria.”⁴⁹ Ou seja, poderíamos observar uma prática numa outra sociedade que serviria para elaborarmos uma teoria que fosse aplicável em nossa própria realidade.

Porém, DELEUZE deixa de lado essas formas de perceber a ligação entre teoria e prática, e traz que: “As relações teoria-prática são muito mais parciais e fragmentárias”⁵⁰, não são um processo de totalização, onde teríamos a prática de um lado e a teoria do outro. DELEUZE entende que:

Uma teoria é sempre local, relativa a um pequeno domínio, e pode se aplicar a um outro domínio, mais ou menos afastado. A relação de aplicação nunca é de semelhança. (...) desde que uma teoria penetre em seu próprio domínio encontra obstáculos que tornam necessário que seja revezada por outro tipo de discurso (...). [já] a prática é um conjunto de revezamentos de uma teoria a outra[,] e a teoria um revezamento de uma prática a outra.⁵¹

⁴⁸ FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. 12ª edição. Rio de Janeiro: Editora Graal. 2000. p. 69.

⁴⁹ *Idem*. P. 69.

⁵⁰ *Idem*. p. 69.

⁵¹ *Idem*. P. 69-70.

Ou seja, não há teoria e prática separadas, mas um sistema de revezamentos, uma multiplicidade de componentes ao mesmo tempo teóricos e práticos.⁵²

Assim, “o intelectual deixou de ser um sujeito, uma consciência representante e representativa, (...) [pois] não existe mais representação, só existe ação: ação de teoria, ação de prática em relações de revezamento ou em rede.”⁵³ Quem fala e age é uma multiplicidade.

Para DELEUZE a teoria deve permitir que as pessoas a quem ela concerne falem por elas próprias, pensa o autor que falar pelos outros é uma indignidade.⁵⁴ Enquanto alguém falar por um grupo, o máximo que poderá ocorrer é uma reorganização das pessoas na relação de poder, ocorrerão mudanças nos aparelhos do estado, o quais podem se tornar social democrata, socialista, etc, mas o poder continuará sendo exercido da mesma forma, principalmente porque não houve mudanças nas suas formas mais sutis de atuar. A dominação continuará a mesma.

Para FOUCAULT as massas não necessitam dos intelectuais para saberem, “elas sabem perfeitamente, claramente, melhor do que eles”⁵⁵, porém há todo um aparato profundamente arraigado em toda a trama da sociedade, que inviabiliza esse saber. Há todo um sistema de controle dos discursos, para que as massas não tenham voz, para que o discurso das massas não exerça poder.

Assim, o intelectual da consciência será, na verdade, uma das barreiras para que as massas não possam exercer o seu saber. “A idéia de que eles são agentes (...) do discurso também faz parte desse sistema”⁵⁶, já que, caso só eles possam discursar, o discurso das massas deverá ser barrado, pois do contrário o intelectual deixaria de ter sentido.

Defender a necessidade de um intelectual que pense pelas massas, é tornar nulo o discurso das massas, é dizer que seu discurso é falso, e assim numa

⁵² Idem. P. 70.

⁵³ Idem. P. 70.

⁵⁴ Idem. P. 72.

⁵⁵ Idem. P. 71.

⁵⁶ Idem. P. 71.

sociedade onde a vontade de verdade tem grande importância, é impossibilitar que as massas exerçam poder.

O Papel do intelectual deixa de ser o de “se colocar ‘um pouco a frente ou um pouco de lado’ para dizer a muda verdade de todos”.⁵⁷ O intelectual precisa “lutar contra as formas de poder exatamente onde ele é, ao mesmo tempo, o objeto e o instrumento: na ordem do saber, da ‘verdade’, da ‘consciência’, do discurso.”⁵⁸

FOUCAULT conclui que a teoria não expressa, não traduz e não aplica uma prática, pois ela já é uma prática local. Não luta “para uma ‘tomada de consciência’(...), mas para a destruição progressiva e a tomada do poder”⁵⁹ ao lado de todos aqueles que lutam por ela, e não na retaguarda, para esclarecê-los. Uma ‘teoria’ é o sistema regional desta luta.”⁶⁰

O intelectual foucaultiano é extremamente específico. Ele não é universal. Como já dito anteriormente ele teria uma tripla especificidade: primeiro a de sua posição de classe, que luta contra o capitalismo; segundo, dentro de sua vida e trabalho, como pesquisador, político, agente que vota; e terceiro, a especificidade da política da verdade nas sociedades contemporâneas.⁶¹ É neste último item que FOUCAULT vê maior importância, pois é aqui que o intelectual, “sua posição pode adquirir uma significação geral, que seu combate local ou específico acarreta efeitos, tem implicações que não são somente profissionais setoriais”.⁶²

Assim, o intelectual agindo localmente acarretará efeitos globalmente. Pois, caso haja mudanças no conjunto de regras que identifica um discurso verdadeiro ou falso, poderá fazer com que muitos outros discursos, que até então eram considerados falsos, sejam tidos como verdadeiro.

O intelectual não está a favor de uma verdade, ele percebe que a verdade é produzida, assim caso ele queira agir ele deverá interferir nos mecanismos que

⁵⁷ Idem. P. 71.

⁵⁸ Idem. P. 71.

⁵⁹ Poder aqui não identificado como o aparato estatal, mas todo um sistema de controle dos discursos, de criação da verdade.

⁶⁰ Idem. P. 71.

⁶¹ Idem. P. 13.

⁶² Idem. P. 13.

tornam o discurso verdadeiro ou falso, pois caso apenas produza um discurso verdadeiro, ele estará submisso à antiga forma de exercer o poder. De certa forma, a produção de verdades é ótima para a manutenção da atual forma de exercer o poder. Como ele se exerce pelo controle do que seja verdadeiro ou falso, aquilo que é produzido como verdadeiro é seu legitimador. As verdades que ele produz podem mudar, sem nada lhe alterar, apenas mudando a própria forma de produzir a verdade, ou melhor, apenas se livrando da necessidade da verdade, estaríamos indo contra a atual forma do poder se exercer.

Assim, de certa forma a instituição quer que as pessoas produzam verdades por ela controladas, pois “foi preparado um lugar que o honra, mas o desarma; e que, se lhe ocorre ter algum poder, é de nós, só de nós, que ele lhe advém”.⁶³

Os intelectuais devem perceber que “onde, segundo a tradição, cremos reconhecer a fonte dos discursos, o princípio de sua expansão e de sua continuidade, nessas figuras que parecem desempenhar um papel positivo, como a do autor, da disciplina, da vontade de verdade, é preciso reconhecer, ao contrário, o jogo negativo de um recorte e de uma rarefação do discurso.”⁶⁴

Uma vez identificado esses meios de rarefação do discurso, o intelectual deve notar que eles não estavam escondendo um discurso ilimitado, que teria que ser resgatado, mas deve perceber a descontinuidade dos discursos, a falta de sentido e a aleatoriedade.⁶⁵

“Não se trata de libertar a verdade de todo sistema de poder – o que seria quimérico na medida em que a própria verdade é poder – mas de desvincular o poder das formas de hegemonia (sociais, econômicas, culturais) no interior das quais ela funciona no momento.”⁶⁶

⁶³ FOUCAULT, M. **A ordem do discurso, aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970.** 6ª Edição. São Paulo: Edições Loyola. 2000. p.7.

⁶⁴ Idem. P. 52.

⁶⁵ Idem. P. 53.

⁶⁶ FOUCAULT, M. **Microfísica do poder.** 12ª edição. Rio de Janeiro: Editora Graal. 2000. P.

8. CONCLUSÃO

“Penso que estamos cegos, Cegos que vêem [?], Cegos que, vendo, não vêem”⁶⁷. É desta forma que a ‘mulher do médico’, no livro *O Ensaio sobre a Cegueira*, de José Saramago, analisa nossa sociedade, uma sociedade que vê os problemas, mas que consegue suportá-los de tal forma que é como se eles não existissem.

Durante o período em que todos estavam cegos, próximos da morte, todos os valores humanos deixaram de ter sentido, a própria existência ficou abalada, todos pareciam animais irracionais, mas, pensando bem, ela compreende que mesmo antes da cegueira, o mundo já era composto de irracionais.

Enquanto alguns ficam se perguntando o que fazer para mudar, o que fazer para tornar nossa sociedade melhor, e outros sequer se perguntam (pois nem tem essa possibilidade) milhares de pessoas estão morrendo, sofrendo, mas não há problema, a nossa própria sociedade mostra que não somos nós que podemos mudar, a mudança está no outro, no político, e se este não funciona, pensaremos numa reforma, temos esperança que um dia tudo ficará bom.

Quando vemos que o poder se exerce de forma difusa, e que não temos um alvo para atacar, parece que qualquer mudança ficou ainda mais distante. Porém está na hora de pararmos de fingir que não vemos, que, uma vez que ele está sendo exercido nas teias, nas capilaridades, ele está sendo exercido em nós, eles está mais próximo de nós, o que nos possibilita uma atuação imediata.

Esta deve ser uma atuação não no sentido de resgatar valores, pois tudo que há está contaminado, está permeado por uma vontade de verdade, não queremos valores verdadeiros, mas valores produzidos com um interesse de melhorar, temos que revezar práticas em busca desses valores, não há um pré dado.

O intelectual deve acabar com o reino da verdade, em seu meio, em seu cotidiano, modificando o exercício do poder nas capilaridades, escutar o que está

⁶⁷ SARAMAGO, J. *Ensaio sobre a cegueira*. 27ª reimpressão. São Paulo: Companhia de Letras 2003.

a espreita, deixar de buscar um sentido, ser menos humano (essa construção maléfica).

Durante séculos pensou-se que o papel do intelectual era pensar, teorizar, para depois aplicar numa prática. Se isso desse certo, a nossa sociedade seria como um livro do romantismo. Porém nossas vidas estão mais para livros realistas, ou melhor, já fomos mais longe, o caos que reina se parece com contos surrealistas.

O pano de fundo não mudará enquanto o poder em suas capilaridades continuar como está, não temos uma luta política pela frente, nem ideológica, mas cotidiana, difusa, contra o império da verdade.

Dentro do direito, não temos que interpretar segundo uma verdade, temos que cuidar e ver que verdade é essa, quem ela está excluindo, para quem ela serve.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZEVEDO, P. F. **Aplicação do direito e contexto social.** Editora RT.

CHOMSKY, N. **O lucro ou as pessoas? Neoliberalismo e Ordem Global.** 2ª Edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

FONSECA, R. M. (Organizador). **Crítica da modernidade, diálogos com o direito.** Florianópolis: Editora Fundação Boitex. 2005.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso, aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970.** 6ª Edição. São Paulo: Edições Loyola. 2000.

FOUCAULT, M. **A verdade e as formas jurídicas.** 2ª Edição. Rio de Janeiro: Editora Nau. 2001.

FOUCAULT, M. **Em defesa da sociedade.** 1ª Edição. São Paulo: Editora Martins Fontes. 2002.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder.** 12ª edição. Rio de Janeiro: Editora Graal. 1996.

GRAMSCI, A. **Materialismo histórico e a filosofia de Benedetto Croce.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1981.

HEIDEGGER, M. **Conferências e escritos filosóficos.** Editora: Abril Cultural.

MALISKA, M. A. **Os operadores jurídicos enquanto intelectuais orgânicos**, in ARRUDA Jr., E. L. e BORGES Fº, N. **Gramsci: Estado, Direito e Sociedade**. Florianópolis: Editora Letras Contemporâneas. 1995.

NOVAES, A. CHAUI. M. http://www.cultura.gov.br/foruns_de_cultura_cultura_e_pensamento/index.php?p=10433&more=1&c=1&pb=1. Acessado em 20/09/2005.

REALE, G. ANTISERI. D. **História da filosofia, do romantismo até nossos dias**. Volume 3.

SARAMAGO, J. **Ensaio sobre a cegueira**. 27ª reimpressão. São Paulo: Companhia de letras. 2003.

SCHELESENER, A. H. **Hegemonia e cultura: Gramsci**. Curitiba: Editora UFPR, 1992.